



RELATÓRIO FINANCEIRO MUNICIPAL

janeiro a março 2017

NOTA PRÉVIA

O presente relatório tem por objetivo informar os eleitos locais do Município de Sintra da execução orçamental a março de 2017, através de uma análise sintetizada às receitas e às despesas, nas vertentes corrente e capital, bem como informar os níveis de endividamento do Município, no âmbito do regime financeiro das autarquias locais.

Inclui, ainda, informação relativa às entidades participadas nomeadamente dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra (SMAS) e do setor empresarial local, pretendendo-se dar conhecimento da situação económico-financeira através da apresentação de um conjunto de indicadores.

Ao nível do setor empresarial local salienta-se a conclusão do processo de liquidação da HPEM, EEM, consubstanciado na sua extinção, com a deliberação final da Assembleia Municipal em 16 de janeiro de 2017.

Relativamente às restantes empresas municipais em processo de liquidação, EDUCA, EEM e SINTRAQUORUM, EEM, de referir que se encontram a decorrer as diligências finais para a extinção.

1. SALDO ACUMULADO

		Unid: €
Receita cobrada vs despesa paga		
(1)	Receitas correntes	31.587.037
(2)	Despesas correntes	22.819.449
(3)=(1)-(2)	Saldo corrente	8.767.588
(4)	Receitas de capital	549.325
(5)	Despesas de capital	3.098.383
(6)=(4)-(5)	Saldo de capital	-2.549.058
(7)	Reposições não abatidas	22.635
(8)	Saldo de gerência anterior incorporado	22.000.000
(9)=(1)+(4)+(7)+(8)	Receitas totais	54.158.997
(10)=(2)+(5)	Despesas totais	25.917.832
(11)=(9)-(10)	Saldo orçamental do período	28.241.166
(12)	Saldo de gerência anterior por incorporar	52.913.094
(13)=(11)+(12)	Saldo acumulado	81.154.260

A execução orçamental gerou uma poupança corrente de 8,8 milhões de euros, cumprindo-se, o princípio do equilíbrio orçamental determinado no ponto 3.1.1. do POCAL, que estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Este saldo corrente permitiu cobrir na totalidade o saldo de capital negativo apurado em 2,5 milhões de euros.

O saldo orçamental no final do período em análise ascendeu a 28,2 milhões de euros (inclui 22 milhões de euros do saldo de gerência anterior), sendo o saldo total acumulado de 81,2 milhões de euros.

2. RECEITA

Receita cobrada	Unid: €					Taxa execução
	mar-15	mar-16	mar-17	Var. Abs.	Var. %	
Receita corrente	28.206.837	25.542.590	31.587.037	6.044.447	23,7%	21,7%
Impostos diretos	9.968.929	7.799.060	9.957.176	2.158.116	27,7%	12,6%
Impostos indiretos	2.717.291	2.945.729	3.457.450	511.721	17,4%	75,6%
Taxas multas e outras penalidades	712.201	594.287	4.800.195	4.205.908	707,7%	162,9%
Rendimentos da propriedade	1.424.053	1.463.421	110.482	-1.352.940	-92,5%	1,8%
Transferências correntes	12.142.629	11.084.031	11.667.605	583.575	5,3%	24,9%
Venda de bens e serviços correntes	1.169.456	1.649.377	1.557.142	-92.235	-5,6%	25,6%
Outras receitas correntes	72.278	6.685	36.988	30.303	453,3%	48,0%
Receita capital	1.105.630	960.727	549.325	-411.402	-42,8%	11,8%
Venda de bens de investimento	290.670	406.258	59.275	-346.983	-85,4%	10,2%
Transferências de capital	265.752	553.707	490.050	-63.658	-11,5%	12,0%
Outras receitas de capital	549.208	761	0	-761	-100,0%	0,0%
Outras receitas	23.697	160.304	22.022.635	21.862.332	13638,1%	100,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos	23.697	160.304	22.635	-137.668	-85,9%	113,2%
Saldo de gerência	0	0	22.000.000	22.000.000	-	100,0%
Total	29.336.164	26.663.621	54.158.997	27.495.377	103,1%	31,4%

↑ **Impostos diretos** – incluíram as receitas arrecadadas ao nível do IMT (5 milhões de euros), do IUC (2,8 milhões de euros), do IMI (1,7 milhões de euros) e da derrama (405,2 mil euros). Relativamente ao período homólogo verificou-se um acréscimo de 2,2 milhões de euros, com todos os impostos a registarem uma maior receita: IMT (+778,8 mil euros), IMI (+736,3 mil euros), IUC (+470,1 mil euros) e derrama (175,3 mil euros).

↑ **Impostos indiretos** – inclui, sobretudo, as receitas com ocupação do espaço público, ao nível do subsolo (2,2 milhões de euros) e do solo (252,9 mil euros), o licenciamento de publicidade (539,7 mil euros) e o licenciamento de processos urbanísticos de loteamento e obras requeridos por empresas (305,5 mil euros). A variação registada (+511,7 mil euros) está relacionada, sobretudo, com as rubricas de publicidade (+305,1 mil euros), face ao contrato de concessão celebrado para exploração de painéis publicitários exteriores, e loteamentos e obras (+142,9 mil euros).

↑ **Taxas, multas e outras penalidades** – inclui a cobrança de juros de mora de anos anteriores dos impostos municipais IMI e IMT (4,1 milhões de euros), a qual justifica a variação ocorrida nesta rubrica. Incluiu ainda as receitas relacionadas com um processo de loteamento e obras requeridos por particulares (140,9 mil euros), a manutenção e inspeção de elevadores (134,6 mil euros) e as taxas cobradas ao nível dos mercados (99,5 mil euros).

↓ **Rendimentos de propriedade** – a variação ocorrida (-1,4 milhões de euros) está relacionada, essencialmente, com o facto da cobrança da prestação da renda da EDP do 4.º trimestre ter ocorrido, ainda, em 2016. A receita é constituída, sobretudo, por juros bancários (77,7 mil euros).

↑ **Transferências correntes** – não obstante a diminuição registada nas transferências financeiras previstas no orçamento de Estado ao nível da participação de IRS (-254,7 mil euros), a rubrica registou um acréscimo (+583,6 mil euros), por via das transferências ao nível do FEF (+609,6 mil euros).

↓ **Venda de bens e serviços correntes** – a receita provém, sobretudo, das atividades de gestão dos refeitórios escolares (636,7 mil euros) e de exploração dos complexos desportivos (337,9 mil euros). De salientar, ainda, o montante de 332 mil euros relativos a rendas: 165,9 mil euros referentes a habitação social e 157,3 mil euros de outros edifícios (não destinados à habitação).

↓ **Venda de bens de investimento** – a receita é proveniente da venda de terrenos (31,6 mil euros) e de edifícios (27,7 mil euros).

↓ **Transferências de capital** – incluem maioritariamente as transferências financeiras no âmbito do FEF de capital (333,5 mil euros) e da participação comunitária no âmbito de candidaturas efetuadas ao PORLISBOA (107,5 mil euros).

3. DESPESA

Unid: €						
Despesa paga	mar-15	mar-16	mar-17	Var. abs.	Var. %	Taxa execução
Despesa Corrente	23.388.662	24.915.575	22.819.449	-2.096.126	-8,4%	18,8%
Pessoal	10.846.530	11.260.484	11.443.203	182.719	1,6%	23,5%
Aquisição de bens e serviços	8.550.374	10.456.556	7.808.935	-2.647.621	-25,3%	14,6%
Juros e outros encargos	128.678	95.080	1.606	-93.474	-98,3%	5,8%
Transferências correntes	3.208.153	2.815.756	3.282.893	467.137	16,6%	18,8%
Subsídios	498.157	29.078	5.147	-23.931	-82,3%	100,0%
Outras despesas correntes	156.770	258.620	277.665	19.044	7,4%	17,8%
Despesa de Capital	2.817.600	3.855.076	3.098.383	-756.693	-19,6%	6,1%
Aquisição de bens de capital	691.992	1.055.574	1.696.401	640.827	60,7%	4,2%
Transferências de capital	139.736	200.504	83.331	-117.174	-58,4%	1,5%
Ativos financeiros	0	559.145	0	-559.145	-	0,0%
Passivos financeiros	1.985.872	2.008.473	1.318.652	-689.821	-34,3%	32,9%
Outras despesas de capital	0	31.381	0	-	-	0,0%
Despesa Total	26.206.262	28.770.651	25.917.832	-2.852.819	-9,9%	15,0%

Unid: €						
Despesa por natureza orçamental	mar-15	mar-16	mar-17	Var. abs.	Var. %	
Funcionamento e empréstimos	16.382.908	17.264.786	15.678.598	-1.586.187	-9,2%	
Corrente	14.397.036	15.224.932	14.359.947	-864.985	-5,7%	
Capital	1.985.872	2.039.854	1.318.652	-721.202	-35,4%	
GOP (grandes opções plano)	9.823.354	11.505.865	10.239.234	-1.266.632	-11,0%	
Corrente	8.991.625	9.690.643	8.459.502	-1.231.141	-12,7%	
Capital	831.728	1.815.222	1.779.731	-35.491	-2,0%	
Despesa total	26.206.262	28.770.651	25.917.832	-2.852.819	-9,9%	

Despesa paga - funcionamento e empréstimos	Unid: €				
	mar-15	mar-16	mar-17	Var. abs.	Var. %
Funcionamento	14.397.036	15.224.932	14.359.947	-864.985	-5,7%
Pessoal	10.762.466	11.130.112	11.443.203	313.091	2,8%
Água e eletricidade	2.365.263	2.553.104	1.615.147	-937.957	-36,7%
Encargos de cobrança de receita	200.205	193.386	345.846	152.460	78,8%
Combustíveis e lubrificantes	85.850	197.522	180.366	-17.156	-8,7%
Limpeza e higiene	290.584	284.316	154.579	-129.737	-45,6%
Locação de material informático/comunicações	31.189	203.179	150.184	-52.996	-26,1%
Vigilância e segurança	217.855	189.231	135.871	-53.360	-28,2%
Locação de terrenos/edifícios	25.972	25.393	37.609	12.215	48,1%
Material de escritório	30.973	33.466	34.057	591	1,8%
Assistência técnica e outros trab. espec.	41.397	38.178	27.395	-10.784	-28,2%
Publicidade	24.821	37.282	24.733	-12.549	-33,7%
Impostos e taxas	19.176	31.065	18.850	-12.215	-39,3%
Prémios, condecorações e ofertas	1.082	1.532	2.075	543	35,4%
Seguros	27.374	105.293	1.988	-103.305	-98,1%
Conservação de bens	2.845	2.794	1.791	-1.003	-35,9%
Juros e outros encargos	128.678	95.080	1.606	-93.474	-98,3%
Outras	141.306	103.997	184.646	80.650	77,6%
Amortização empréstimos	1.985.872	2.008.473	1.318.652	-689.821	-34,3%
Outras despesas de capital	0	31.381	0	-31.381	-100,0%
Total	16.382.908	17.264.786	15.678.598	-1.586.187	-9,2%

Despesas de funcionamento - o decréscimo registado encontra-se refletido, com maior relevância ao nível das rubricas de encargos com água e eletricidade e amortização de empréstimos.

↑ **Despesas com pessoal** - o acréscimo está relacionado, sobretudo com o aumento dos encargos com as contribuições para a ADSE (+243,4 mil euros), resultante, não de uma maior contribuição, mas do facto dos pagamentos no ano anterior terem ocorrido a partir do segundo trimestre. Para o aumento da despesa concorreu ainda a atualização do salário mínimo e as admissões efetuadas em 2016.

↑ **Encargo de cobrança de receita** – o acréscimo é consequência direta de um aumento da receita cobrada com os impostos diretos, IMI, IMT, IUC e Derrama.

↓ **Água e eletricidade** – o decréscimo está relacionado, com o facto da faturação, referente ao primeiro trimestre ainda não ter sido rececionada, atendendo às alterações que estão a decorrer no sistema de faturação do fornecedor.

↓ **Limpeza e higiene** - a diminuição está relacionada com o facto do primeiro trimestre de 2016 incluir faturação do ano anterior (98,8 mil euros).

↓ **Seguros** - o decréscimo advém, do facto de, ainda, não se ter efetuado os pagamentos referentes ao primeiro trimestre de 2017, o processo referente aos seguros aguardava visto do Tribunal de Contas (entretanto já visado).

↓ **Juros e outros encargos** - o decréscimo está relacionado com um menor saldo de empréstimos por amortizar.

Amortização empréstimos - o decréscimo está relacionado, sobretudo, com a liquidação antecipada do empréstimo de financiamento de projetos de investimento de equipamentos educativos e desportivos, efetuado no segundo semestre de 2016.

Despesa paga - GOP	Unid: €				
	mar-15	mar-16	mar-17	Var. Abs.	Var. %
Aquisição de bens e serviços	5.193.324	6.577.558	5.029.726	-1.547.832	-23,5%
Transferências correntes	3.188.195	2.815.756	3.282.893	467.137	16,6%
Investimento direto e indireto	831.728	1.256.078	1.777.994	521.916	41,6%
Outras despesas correntes	111.949	268.251	141.737	-126.515	-47,2%
Subsídios	498.157	29.078	5.147	-23.931	-82,3%
Outras despesas capital	0	559.145	0	-559.145	-100,0%
Total	9.823.354	11.505.865	10.237.496	-1.268.369	-11,0%

↑ **Transferências correntes** – são constituídas, essencialmente: (i) pelo apoio concedido às juntas de freguesia (1,5 milhões de euros); (ii) pelo financiamento das atividades relacionadas com a educação (563,3 mil euros), sobretudo, a componente de apoio à família pré-escolar (234 mil euros) e a gestão escolar, referente à conservação e manutenção (229,6 mil euros) e transporte escolar (34,5 mil euros); (iii) pelas transferências no âmbito da ação social (513,4 mil euros), destacando-se o apoio às famílias (312,2 mil euros), à infância (27,6 mil euros), às instituições (21,2 mil euros), às pessoas com deficiência (20 mil euros) e ao CCDS (120 mil euros); (iv) pelo apoio financeiro às associações de bombeiros (346,1 mil euros); (v) pelo apoio a coletividades de cultura e recreio (203,1 mil euros); (vi) e pelo apoio a eventos desportivos (18,4 mil euros).

↑ **Investimento** - O investimento direto incidiu maioritariamente sobre: (i) a rede viária (620,4 mil euros), sobretudo a conservação de eixos rodoviários (541 mil euros) e a sinalização (47,4 mil euros); (ii) a educação (269,7 mil euros), nomeadamente, a requalificação de edifícios escolares (165,6 mil euros) e equipamento básico (100,9 mil euros); (iii) a saúde (222,5 mil euros), relacionados, sobretudo, com os Centros de Saúde de Queluz (138,7 mil euros) e de Agualva (63,7 mil euros); (iv) a requalificação urbana (151 mil euros), nomeadamente, as intervenções no âmbito do “Sintra Resolve” (76,9 mil euros), na ARU de Mem Martins e Rio de Mouro (44,3 mil euros) e na ARU do Centro Histórico de Sintra (14,8 mil euros); (v) a renovação da frota (57,6 mil euros); (vi) os parques e jardins (129,9 mil euros), destacando-se a construção do Parque Urbano da Cavaleira (99,6 mil euros); (vii) e a manutenção de edifícios municipais (36,1 mil euros).

O investimento indireto ascendeu a 83,3 mil euros, salientando-se as transferências de capital para: (i) as juntas de freguesias, no âmbito dos protocolos de conservação e manutenção de vias (28,6 mil euros); (ii) o apoio logístico e financeiro às associações de bombeiros (28,4 mil euros); (iii) as instituições, no âmbito do apoio social (22,9 mil euros).

↓ **Aquisição de bens e serviços** – ascenderam a 5 milhões de euros e integraram, essencialmente, o tratamento de resíduos sólidos urbanos (2,1 milhões de euros), a gestão escolar para refeições (515,2 mil euros) e transportes (452,9 mil euros), a limpeza pública (452,6 mil euros) e a informatização (410,1 mil euros). A redução está relacionada com o processo de indemnização à SUMA ocorrida em 2016.

↓ **Outras despesas correntes** – incluem, sobretudo, a taxa de gestão de rsu's (71,3 mil euros) e despesas de condomínio do âmbito da gestão do parque habitacional (44,6 mil euros)

Unid: €									
Despesa paga - GOP por funções									
	mar-16			mar-17			Variação		
	Orçado	Pago	Tx Execução	Orçado	Pago	Tx Execução	Absoluto	%	
Funções Gerais	10.303.385	1.337.115	13,0%	9.611.965	1.348.497	14,0%	11.382	0,9%	
Serviços Gerais da Administração Pública	8.358.545	956.141	11,4%	6.913.675	973.515	14,1%	17.374	1,8%	
<i>Racionalização dos Serviços</i>	3.898.555	513.711	13,2%	3.302.210	709.405	21,5%	195.694	38,1%	
<i>Apetrechamento dos Serviços</i>	3.857.650	378.368	9,8%	3.101.965	198.846	6,4%	-179.522	-47,4%	
<i>Comunicação e Imagem</i>	602.340	64.062	10,6%	509.500	65.264	12,8%	1.202	1,9%	
Segurança e Ordem Pública	1.944.840	380.974	19,6%	2.698.290	374.982	13,9%	-5.992	-1,6%	
<i>Protecção Civil</i>	1.728.550	376.729	21,8%	2.059.700	374.412	18,2%	-2.318	-0,6%	
<i>Polícia Municipal</i>	216.290	4.244	2,0%	638.590	570	0,1%	-3.674	-86,6%	
Funções Sociais	53.507.665	7.253.380	13,6%	61.652.357	6.462.044	10,5%	-791.336	-10,9%	
Educação	16.759.045	1.445.496	8,6%	16.198.067	2.000.133	12,3%	554.637	38,4%	
<i>Ensino não Superior</i>	13.910.095	977.402	7,0%	13.218.537	1.627.089	12,3%	649.688	66,5%	
<i>Serviços Auxiliares de Ensino</i>	2.848.950	468.094	16,4%	2.979.530	373.044	12,5%	-95.051	-20,3%	
Saúde	3.658.360	43.244	1,2%	7.464.200	257.132	3,4%	213.888	494,6%	
<i>Serviços Individuais de Saúde</i>	3.385.920	24.000	0,7%	7.192.220	217.610	3,0%	193.610	806,7%	
<i>Saúde Médico - Veterinária</i>	272.440	19.244	7,1%	271.980	39.522	14,5%	20.278	105,4%	
Ação Social	4.615.940	423.013	9,2%	4.725.620	582.544	12,3%	159.531	37,7%	
<i>Infância</i>	233.540	503	0,2%	413.500	27.628	6,7%	27.125	5392,6%	
<i>Terceira Idade</i>	463.970	731	0,2%	375.000	18.480	4,9%	17.748	2426,6%	
<i>Minorias</i>	601.620	10.500	1,7%	300.000	12.360	4,1%	1.860	17,7%	
<i>Empreendedorismo e Inovação Social</i>	425.730	3.701	0,9%	258.200	4.982	1,9%	1.280	34,6%	
<i>Instituições / Famílias</i>	2.580.960	291.815	11,3%	2.697.000	372.284	13,8%	80.469	27,6%	
<i>Ações Diversas</i>	310.120	115.762	37,3%	681.920	146.812	21,5%	31.049	26,8%	
Habituação e Serviços Coletivos	24.816.370	5.160.705	20,8%	24.209.450	3.201.358	13,2%	-1.959.348	-38,0%	
<i>Habituação</i>	1.614.620	76.025	4,7%	1.247.300	77.471	6,2%	1.446	1,9%	
<i>Planeamento Urbanístico</i>	265.470	26.752	10,1%	211.600	45.007	21,3%	18.256	68,2%	
<i>Urbanização</i>	852.640	47.140	5,5%	799.240	1.458	0,2%	-45.683	-96,9%	
<i>Requalificação Urbana</i>	4.040.530	36.160	0,9%	5.706.460	150.996	2,6%	114.836	317,6%	
<i>Saneamento</i>	5.380.520	2.661.808	49,5%	3.204.300	469.709	14,7%	-2.192.099	-82,4%	
<i>Resíduos Sólidos</i>	10.505.250	2.120.971	20,2%	10.272.500	2.181.008	21,2%	60.037	2,8%	
<i>Ambiente</i>	536.150	50.695	9,5%	561.150	64.623	11,5%	13.928	27,5%	
<i>Parques e Jardins</i>	1.621.190	141.154	8,7%	2.206.900	211.085	9,6%	69.931	49,5%	
Serv. Culturais, Recreativos e Religiosos	3.657.950	180.922	4,9%	9.055.020	420.877	4,6%	239.955	132,6%	
<i>Património Histórico-Cultural</i>	926.060	58.702	6,3%	4.076.470	278.045	6,8%	219.343	373,7%	
<i>Animação Cultural</i>	836.420	59.966	7,2%	637.000	36.256	5,7%	-23.710	-39,5%	
<i>Desportos e Tempos Livres</i>	1.646.400	62.095	3,8%	2.304.700	98.815	4,3%	36.720	59,1%	
<i>Juventude</i>	169.000	160	0,1%	1.972.500	6.745	0,3%	6.585	4115,4%	
<i>Cemitérios</i>	80.070	0	0,0%	64.350	1.017	1,6%	1.017	-	
Funções Económicas	10.989.870	753.240	6,9%	15.143.615	901.914	6,0%	148.675	19,7%	
Indústria e Energia	937.350	102.863	11,0%	895.000	33.621	3,8%	-69.242	-67,3%	
<i>Iluminação</i>	937.350	102.863	11,0%	895.000	33.621	3,8%	-69.242	-67,3%	
Transportes e Comunicações	8.896.740	420.637	4,7%	12.976.940	759.750	5,9%	339.113	80,6%	
<i>Rede Viária e Transportes</i>	8.896.740	420.637	4,7%	12.976.940	759.750	5,9%	339.113	80,6%	
Comércio e Turismo	1.155.780	229.740	19,9%	1.271.675	108.544	8,5%	-121.196	-52,8%	
<i>Mercados e Feiras</i>	589.900	156.910	26,6%	604.600	22.768	3,8%	-134.141	-85,5%	
<i>Turismo</i>	496.480	62.131	12,5%	557.075	75.776	13,6%	13.645	22,0%	
<i>Comércio</i>	69.400	10.700	15,4%	110.000	10.000	9,1%	-700	-6,5%	
Outras Funções	11.154.390	2.162.130	19,4%	10.521.200	1.525.041	14,5%	-637.089	-29,5%	
<i>Transferências entre Administrações</i>	11.154.390	2.162.130	19,4%	10.521.200	1.525.041	14,5%	-637.089	-29,5%	
Total	85.955.310	11.505.865	13,4%	96.929.137	10.237.496	10,6%	-1.268.369	-11,0%	

4. ENTIDADES PARTICIPADAS

	SMAS	EDUCA	SINTRA QUORUM	EMES	FUNDAÇÃO CULTURSINTRA	PARQUES SINTRA MONTE DA LUA*	Unid: €
Estrutura ativo							
Ativo líquido	103.968.195	28.112	158.892	1.468.228	4.965.169	38.264.300	
Ativo não corrente	74.625.590	-	-	214.716	703.387	27.085.949	
Ativo corrente	29.342.606	28.112	158.892	1.253.512	4.214.767	11.178.351	
Estrutura capital							
Capital realizado/fundos/património	23.536.626	250.287	199.519	250.000	947.728	2.500.000	
Capital próprio/fundos de capital/fundos próprios	84.163.793	-920.816	-828.158	1.271.507	4.893.171	32.750.765	
Resultado líquido	535.378	-131	-528	50.809	346.951	16.671	
Estrutura passivo							
Passivo total	19.804.403	948.928	987.049	196.721	71.999	5.513.535	
Provisões	1.953.263	43.500	-	-	-	92.270	
Passivo não corrente	11.871.713	43.500	-	-	-	92.270	
Passivo corrente	7.932.589	905.428	987.049	196.721	71.999	5.421.265	
Passivo bancário	-	-	-	-	-	-	
Forneceadores	877.006	-	75.511	35.283	17.679	1.117.382	
Estrutura demonstração de resultados							
Total de rendimentos	15.781.318	1.724	2.000	203.809	653.626	2.217.064	
Volume de negócios	14.996.202	-	-	203.809	634.157	2.200.588	
Total de gastos	15.245.940	1.855	2.528	153.000	306.675	2.200.394	
Gastos exploração	15.121.913	1.855	2.528	138.249	306.675	2.196.877	
Gastos com pessoal	4.169.376	-	383	85.838	78.807	874.112	

5. DÍVIDA A TERCEIROS

Unid: €				Unid: €	
Dividas a terceiros CMS				Divida a terceiros	
	mar-15	mar-16	mar-17		
(1) Endividamento*	67.610.667	43.523.279	22.424.170	CMS	23.679.960
Financiamento bancário	65.842.876	31.268.273	13.630.690	SMAS	2.017.953
Forneceadores	418.823	1.331.378	686.177	SINTRA QUORUM*	81.071
Outros credores**	1.348.968	10.923.628	8.107.304	EMES	196.720
(2) Oper. Não Orçamentais***	4.073.919	353.792	1.255.790	FUNDAÇÃO CULTURSINTRA	71.999
Total (1+2)	71.684.586	43.877.071	23.679.960	PARQUES SINTRA MONTE DA LUA**	5.342.517
				Total	31.390.220
* Inclui endividamento de curto e médio e longo prazo				* Não inclui as dívidas ao acionista por conta das operações de liquidação	
** O ano de 2017 inclui 5,6 milhões de euros relativos ao FAM				** Dados reportados a 28/02/2017.	
*** Inclui as rubricas estado e retenção por fornecedores de imobilizado					
O financiamento bancário representa cerca de 57,6% do total da dívida a terceiros da CMS.				A dívida da CMS representa cerca de 75,4% do total da dívida a terceiros do universo do Município de Sintra.	

			Unid: €
Dívida a fornecedores			
	< 90 dias	> 90 dias	Total
CMS	686.177	0	686.177
SMAS	877.006	0	877.006
SINTRA QUORUM	0	75.511	75.511
EMES	35.283	0	35.283
FUNDAÇÃO CULTURSINTRA	4.220	13.459	17.679
PARQUES SINTRA MONTE DA LUA*	1.085.591	31.791	1.117.382
Total	2.688.277	120.760	2.809.038

* Dados reportados a 28/02/2017.

A dívida a fornecedores no universo municipal ascende a 2,8 milhões de euros, encontrando-se 4,3% em mora há mais de 90 dias.

6. CONTROLO DA DÍVIDA TOTAL

	valor	coeficiente*
1. Limite dívida total n.º 1 art. 52º da Lei nº 73/2013)	316.483.609	1,5
2. Dívida total a 01/01/2017	24.006.119	-
3. Margem absoluta para 2017 (1)-(2) (alinea b) do n.º 3 art. 52º da Lei nº 73/2013)	292.477.490	-
3.1. Utilização máxima da margem para 2017 (alinea b) do n.º 3 art. 52 da Lei nº 73/2013)	58.495.498	-
4. Limite máximo da dívida para 2017 (2)+(3.1)	82.501.617	
5. Dívida total a 31/03/2017	24.141.401	0,11
5.1. Contribuição CMS	22.753.939	0,11
5.2. Contribuição SEL	1.387.462	0,01
SINTRA QUORUM, EEM	77.336	
SMAS	1.299.876	
AMTRES	3.363	
ANMP	469	
AMPV	436	
FUNDAÇÃO CULTURSINTRA	5.982	
6. Variação da dívida em 2017 (5)-(2)	135.282	-

* coeficiente calculado de acordo com o art.58º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro
Nota. Dados do 1º trimestre reportados à DGAL

Relativamente ao perímetro municipal verificou-se um nível de endividamento na ordem dos 24,1 milhões de euros, um coeficiente de 0,11, sendo o limite máximo permitido por lei de 1,5.

Durante o período em análise, a dívida total aumentou em cerca de 135,3 mil euros, não comprometendo a margem disponível para aumentar a dívida, isto é, 20% da margem absoluta apurada.

NOTA FINAL

A execução orçamental do Município, durante o período em análise, gerou uma poupança corrente de 8,8 milhões de euros, verificando-se, assim, o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental imposto pelo POCAL. Esta margem permitiu efetuar a cobertura do saldo de capital negativo em 2,5 milhões de euros.

Ao nível da receita, o Município apresentou uma cobrança no montante de 54,2 milhões de euros, equivalente a uma taxa de execução de 31,4%. Em termos comparativos observou-se uma maior cobrança (+27,5 milhões de euros), centrada na incorporação do saldo de gerência (+22 milhões de euros), nas taxas, multas e outras penalidades (+4,2 milhões de euros), que incluí a cobrança dos juros de mora relacionados com os impostos municipais IMI e IMT, e, ainda, nos impostos diretos (+2,2 milhões de euros). Inversamente, assistiu-se a um decréscimo na rubrica rendimentos da propriedade (-1,4 milhões de euros), relacionado com o facto da cobrança referente à prestação do quarto trimestre do ano de 2016 da renda do contrato de concessão da EDP, ter ocorrido, ainda, no final daquele ano.

Relativamente à despesa, esta ascendeu a 25,9 milhões de euros (uma execução de 15%), tendo-se verificado uma redução de 2,9 milhões de euros, justificada, sobretudo, com o decréscimo da despesa corrente com a aquisição de bens e serviços, nomeadamente os encargos com a eletricidade, cuja faturação se aguarda face às alterações que estão a decorrer para a uniformização das faturas, e com o facto de no ano anterior ter-se procedido ao pagamento da indemnização à SUMA. Relativamente à despesa de capital, verificou-se, igualmente, uma redução face à amortização de empréstimos, com a antecipação da liquidação do empréstimo de financiamento de projetos de investimento de equipamentos educativos e desportivos, efetuado no segundo semestre de 2016.

A dívida a terceiros ascendeu no final do período a 23,7 milhões de euros, dos quais 13,6 milhões de euros referem-se a dívida bancária, encontrando-se o Município a cumprir o limite de endividamento legalmente imposto pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais. Em relação ao nível da dívida total no perímetro municipal verificou-se um acréscimo de 135,3 mil euros durante o período em análise.